



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

08/02/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Guedes deve apresentar reforma a governadores

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deve apresentar aos governadores a proposta para a reforma da Previdência no dia 20 em reunião em Brasília.

A informação é do governador de Pernambuco, Paulo Câmara, que esteve na quarta-feira, em reunião com Guedes, no ministério, em Brasília. "Não conheço ainda a reforma da Previdência. A gente sabe de alguns pontos que podem ser colocados. O ministro falou de maneira genérica. Não falou ponto a ponto. Vamos ter uma reunião no dia 20 de fevereiro com todos os governadores do Brasil onde o ministro vai efetivamente apresentar qual é sua proposta para Previdência", disse ao deixar o ministério. Câmara disse que é preciso fazer a reforma e acrescentou que o déficit na Previdência dos estados é "muito forte".

Segundo ele, no estado de Pernambuco, o déficit da Previdência no ano passado chegou a R\$ 2,6 bilhões. "Todos nós sabemos da necessidade de fazer a reforma. O meu partido (PSB) tem objeções a alguns pontos que foram colocados lá atrás - a preocupação com a questão da aposentadoria dos trabalhadores rurais, do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Tudo isso a gente precisa conhecer", disse. Segundo o governador, na reunião também foi debatido sobre a necessidade de maior repartição de recursos com estados e municípios, atualmente "concentrados" na União, além da liberação de crédito para o estado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/02/2019

Guedes: ninguém mexe em 13º e férias

O ministro da Economia, Paulo Guedes, repetiu na tarde de ontem (7), a fala dada pela manhã de que a reforma da Previdência não incluirá neste momento mudanças no regime trabalhista. Após reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ele voltou a dizer que o atual sistema de direitos trabalhistas faz com que mais de 46 milhões de brasileiros estejam na informalidade. Perguntado se o governo pretende acabar com direitos previstos na Constituição como férias e 13º salário, o ministro negou. "Ninguém mexe em direitos, mas daremos novas alternativas para os trabalhadores", respondeu. Guedes ainda aproveitou para atacar as centrais sindicais que já combatem a ideia do governo de criar uma carteira de trabalho verde e amarela com menos direitos.

"Interesses corporativos são falsas lideranças que aprisionaram o Brasil a uma legislação fascista de trabalho. Os presidentes dos sindicatos precisam ter paciência, mas devem saber que a vida deles não será tão boa como antes. Está saindo a velha política e entrando uma nova política", alfinetou.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/02/2019

Desconto de aposentados terá que ser confirmado todo ano

O segurado do INSS ligado a uma associação ou um sindicato terá de confirmar anualmente a autorização de desconto de contribuição no benefício pago mensalmente pela Previdência. Atualmente, essas entidades enviam ao instituto uma relação com os nomes dos associados que autorizaram o abatimento. A mudança deverá dar segurança ao procedimento, evitando que aposentados e pensionistas do INSS tenham o desconto sem que ele tenha sido autorizado. Quando isso acontece, o segurado deve informar o instituto, por meio da Ouvidoria da Previdência, que tem até 60 dias para analisar a reclamação. Todos os descontos devem ser ressarcidos. Não há um valor fixo de contribuição, pois essa definição depende de aprovação em assembleia. Ao Agora, porém, aposentados já relataram descontos que vão de R\$ 20 até R\$ 90 mensais. No ano passado, o instituto informou que confere documentos de autorização de descontos duas vezes ao ano, por amostragem. Para evitar esse tipo de surpresa, o beneficiário do INSS pode criar o hábito de conferir o extrato de pagamentos mensalmente, de modo a identificar os descontos mais rapidamente. Em outubro, o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) aprovou um pedido de investigação ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para apurar a inclusão fraudulenta de segurados na lista de descontos das entidades, além de iniciar uma revisão dos contratos das 18 associações conveniadas com o INSS. Cerca de 2,7 milhões de benefícios estão vinculados a essas entidades. A nova regra faz parte da medida provisória 871, publicada pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) no dia 18 de janeiro, na qual renova o pente-fino nos benefícios por incapacidade.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/02/2019

Reforma da Previdência e privatizações não salvarão o país, afirma Paulo Paim

Em pronunciamento em Plenário, nesta quinta-feira (7), o senador Paulo Paim (PT-RS) alertou que a reforma da Previdência e a privatização de estatais, duas prioridades do governo federal, não resolverão os problemas fiscais do país, como quer o mercado. Para ele, a Previdência Social, que considera um direito dos brasileiros, apenas está mal gerida e fiscalizada.

– Se a Previdência está quebrada como dizem, o que eu não acredito, como podem querer abrir mão de contribuições sobre o lucro, faturamento, loterias, PIS-Cofins, jogos lotéricos, sobre a folha de pagamento? Isso representa 75% do que é arrecadado – questionou Paim. Quanto às privatizações de estatais, o parlamentar citou a desestatização da antiga empresa mineradora Vale do Rio Doce como exemplo a não ser seguido. Na opinião do senador, aquela estatal foi vendida a um valor muito inferior ao de mercado e resultou em lucro para os empresários e, mais recentemente, em tragédias para a população, como as de Mariana e de Brumadinho. Segundo o parlamentar, as obrigações e os deveres do Legislativo nesta 56ª legislatura devem ser os seres humanos e o meio ambiente, em vez de números de mercado.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Mourão aconselha CUT a discutir reforma no Congresso

Em reunião com a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o vice-presidente Hamilton Mourão recomendou que os sindicalistas procurem seus representantes no Congresso Nacional para participar dos debates sobre a reforma da Previdência. Mourão disse que, no encontro, realizado na manhã desta quinta-feira (7), procurou “desmistificar” pontos da reforma. “Eu os alertei que eles têm que usar os representantes que eles elegeram no Congresso. Para que também apresentem as ideias que eles têm a respeito do assunto. Ao mesmo tempo, eu conversei com eles para desmistificar um pouco a questão da Previdência, de que quem tem direito não vai perder esse direito”, disse o vice-presidente. Na saída da reunião, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, se disse preocupado com o modelo de capitalização, estudado pelo governo no escopo da reforma. Mourão afirmou que a geração de emprego também foi tema da reunião. “Eles vieram apresentar as demandas deles em relação ao emprego. A indústria teve uma queda tremenda na capacidade de empregar. Muita empresa fechou, outras botaram gente para fora. Então, eles vieram conversar a esse respeito”.

Leia mais: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>